

CRUZ CRUZ, Juan. *Filosofia da História*. Tradução do espanhol por Fernando Marquezini. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2007. Título Original: *Filosofia da história*. 319 páginas. ISBN 85-89294-10-2.

Roberto Cajaville – Instituto Aquinate.

O presente livro “Filosofia da História” (Pamplona: Eunsa, 2002) de autoria do Professor Dr. Juan Cruz Cruz, da Universidade de Navarra, é um grato presente dado ao público brasileiro, em especial a filósofos, historiadores e juristas. O autor é coordenador de projetos na área de História da Filosofia e organizador de coleções como “Pensamento Medieval e Renascentista” e “Pensamento clássico espanhol (séc. XIV-XVII)”. Essas credências são suficientes para a afirmação da qualidade deste trabalho, garantia de uma boa fonte de pesquisa e leitura.

A presente obra tem como ponto de partida o questionamento introdutório, “Por que realizamos relatos históricos?”. O autor defende que a Filosofia da História relaciona-se no aspecto do conhecimento histórico e na estruturação de um sentido numa realidade histórica, portanto não é fruto de uma obra ficcional ou apenas historiografia. A dimensão real desta disciplina está contida na relação do acontecido com a respectiva transmissão deste interrogando sobre a sua essência e o seu sentido, desta forma revelando um passado com manifestação no presente, quer pela via do testemunho, narração ou tradição. Esta obra encontra-se dividida em 3 partes num total de 15 capítulos.

A Primeira Parte intitulada, “*O conhecimento histórico*” versará sobre a forma de como o fato histórico é constituído, absorvido, organizado, sintetizado, e contado pelo historiador, indagando sobre o valor do conhecimento histórico nos seus aspectos de veracidade, legitimidade e objetividade. O primeiro capítulo, “*Testemunho e testemunhas*” demonstra como o testemunho não é fato histórico em si, porém se relaciona com este uma vez que o institui. A divisão no valor do testemunho encontra-se em duas vertentes: o testemunho dogmático que objetiva uma doutrina; e o testemunho histórico, que tem como fim principal o conhecimento. Portanto, é ressaltado que a crença no testemunho não se faz de uma forma cega, mas este submete-se a uma forma de avaliação que é denominada “crítica”, constituindo uma metodologia que busca a autenticidade e a interpretação do seu verdadeiro sentido. Apenas após esses graus de críticas—interna e externa-- é que pode ser emitido um juízo. Com o título “*A Narração Histórica*” o autor inicia um novo capítulo informando ao leitor da maneira como o conhecimento histórico é formado pela

conexão dos fatos definida pelas fontes de informação: testemunhas ou documentos. A compreensão disso acontece de forma sintética ou ampla, conformando a narração, a atividade específica desenvolvida pelo historiador. O terceiro capítulo o autor debate um tema em voga nos atuais estudos históricos, a questão da “*Historicidade e verdade*” apontando que a história é feita de fatos que foram executados por agentes livres num tempo determinado. O último capítulo desta parte, “*Leis Históricas e configurações de sentido*”, refere-se à existência de uma lei geral explicativa para a história e qual o sentido desta disciplina considerando a ação humana num dado período.

A Segunda Secção, “Estrutura do Fato Histórico” apresenta o tema da essência do conhecimento histórico entendido como um conjunto de atos humanos marcados pela sociabilidade, temporalidade e pela liberdade em um dado período histórico. No capítulo V “*Tempo histórico: possibilitação*” é destacada a questão do tempo como ele é percebido dentro da história em relação às outras ciências e as suas diversas possibilidades de percepção tanto antropológica como física ou cosmológica.. No capítulo VI “*Liberdade Histórica: a tradição*” o autor discute a segunda característica marcante do fato histórico, o ato de liberdade. Este caracteriza o homem como ser peculiar e de certa maneira impossível de sua ação ser prevista. O papel da tradição é, portanto, visto como característica passada à posteridade obtida de forma livre. O capítulo seguinte “*Socialidade Histórica: o indivíduo*” exemplifica a forma de como o indivíduo, um ser histórico, encontra-se atuante em sociedade e qual o seu papel na constituição do fato histórico. No capítulo VIII “*Consciência histórica: valores dados*”, merece destaque a lição 6, “*Relativismo Histórico e tradicionalismo*” onde o autor acentua o fato que a sistemática negação do caráter racional do homem o torna próximo do relativismo ou do dogmatismo. Essa crítica pode ser ampliada para o já mencionado plano do questionamento do estatuto da verdade histórica. O capítulo IX trata da relação “*Progresso e História: valores realizáveis*”, nesta parte o autor aborda a oposição conservadorismo e progressismo. Nessas duas vertentes observa-se a passagem de uma época de contemplação da realidade para a ação estruturada no “*ego*” que determina a existência da realidade. O Capítulo X “*Revolução e história: utopias*”, o autor critica as utopias revolucionárias que agrupam maneiras da construção de uma nova sociedade entendida como uma “*salvação terrena*” para o homem, uma vez que a salvação divina é incerta ou negada. O fato religioso é retirado do cotidiano do homem e se afirma o poder messiânico de um grupo político dirigente condutor desta salvação. O capítulo XI, “*Evolução e história: o hábito possibilitante*” mostra que os mecanismos evolutivos estão presentes na História, entretanto essa característica

não é apenas evolutiva ou material, a ação do intelecto humano faz-se presente. Com o título, “*Historicidade e unidade da natureza humana*”, fica evidente a relação do homem como ser social e ativo no processo histórico na relação com a duração do tempo e o fim deste que para o homem encontra sua representação na morte ou em uma escatologia coletiva.

A terceira parte desta obra “*Gênese e fim da História*” é composta de três capítulos. O estudo dos fins tem por objetivo encontrar o sentido que torna o homem livre como indivíduo. O Capítulo XIII, “*O fim e o princípio*” exemplifica que a História assume sentido para o homem quando sua liberdade é possível de ser expressa e quais serão as conseqüências das suas escolhas diante de um julgamento final. Com o título, “*O destino comum*”, Juan Cruz Cruz explica como o advento do cristianismo levou a uma função unificadora de igualdade espiritual entre os homens e de um destino comum a todos. O último capítulo, “*Círculo e reta*” explica a idéia de como estrutura circular foi importante no mundo antigo para a definição do tempo e da história. Tal estrutura se manteve com os medievais, porém, com o pensamento judaico-cristão, o início e o fim são atraídos para a ação da divindade a qual o homem responde de forma livre perante o juízo eliminando, pois, o fatalismo vigente entre os gregos romanos. O autor conclui que a destituição da transcendência ou a emancipação do divino ignora a importância espírito e da inteligência presente no homem.

Ao final do livro é encontrada uma excelente relação bibliográfica dividida em três grupos. O primeiro, obras gerais que delimitam a disciplina Filosofia da História. O segundo grupamento é composto por livros sobre as diversas correntes de certeza de conhecimento científico. E a terceira parte reúne bibliografia sobre a relação do ser com a história.